

INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE
 Entidade Filantrópica Inscrita no CNAS e de Utilidade Pública MJ-15893/94-07 de 29/Abril/1996 CNPJ 73.696.718/0001-38
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Submetemos a apreciação de V.S's., as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31.12.2017 e suas Notas Explicativas.

BALANÇO PATRIMONIAL

	Notas Exp.	2017	2016
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		32.789.216,73	43.232.913,73
Caixas e Equivalentes de Caixa		1.041.087,62	2.607.318,43
Contas a Receber	6f,7	26.305.545,19	36.325.275,74
Estoques	6g	5.283.036,62	3.891.292,55
Outros Ativos Circulantes		159.547,30	409.027,01
ATIVO NÃO CIRCULANTE		58.952.473,56	58.993.439,08
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		680.819,18	732.461,85
Créditos a Longo Prazo	8	680.819,18	732.461,85
INVESTIMENTOS		29.288.807,50	738.807,50
Participação Societária	6m	29.288.807,50	738.807,50
IMOBILIZADO	6h,6i	28.940.995,49	57.231.785,12
Terrenos		1.510.825,91	12.916.623,42
Imobilizado em Formação	6b	6.478.624,11	2.664.051,60
Edifícios e Benfeitorias		40.581.723,85	61.102.830,59
Móveis, Utensílios, Equip. e Outros		32.349.277,62	32.556.070,77
Automotores		263.331,30	177.468,84
(-) Depreciação Acumulada		(52.242.787,30)	(52.185.260,10)
INTANGÍVEL		41.851,39	290.384,61
Direito Uso e Concessão/Software/Marcas e Patentes		1.396.184,11	1.387.684,11
(-) Amortização Acumulada - intangível		(1.354.332,72)	(1.097.299,50)
TOTAL DO ATIVO		91.741.690,29	102.226.352,81
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE	Notas Exp.	17.733.912,84	34.061.275,23
Contas a Pagar		11.677.020,44	27.326.568,59
Provisões	6c, 9	1.378.972,05	1.562.233,21
Fundos em Confiança		83.344,06	7.138,69
Receitas Diferidas		4.594.576,29	5.165.334,74
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	10	32.609.192,12	32.947.805,12
Obrigações Diversas		32.609.192,12	32.947.805,12
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	41.398.585,33	35.217.272,46
PATRIMÔNIO SOCIAL			
Patrimônio Social		2.434.994,56	(1.733.183,91)
Superávit/Déficit do Exercício	6a,6l,12	6.181.312,87	4.168.178,47
Ajuste de Avaliação Patrimonial	2d	39.306.089,09	39.306.089,09
Ajuste de Exercícios Anteriores	2e	(6.523.811,19)	(6.523.811,19)
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		91.741.690,29	102.226.352,81


Maurício Pinto Lima
 Presidente
 CPF: 074.175.718-40

Vinicius da Rosa Porto
 Tesoureiro
 CPF: 531.751.089-87

Eber Junior Medeiros
 Contador CRC RJ 121641/O-2
 CPF: 276.483.358-08

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO

	Notas Exp.	2017	2016
RECEITAS	6d	108.468.339,26	105.941.339,13
De Serviços/Contribuições/Doações e Outras		108.468.339,26	105.941.339,13
Serviços de Saúde		107.243.799,43	103.327.750,56
Doações Diversas		68.173,35	91.714,33
Patrimoniais e Financeiras		847.916,54	2.261.851,23
Outras Receitas Recorrentes		41.473,89	46.402,30
Subvenções de Organizações Adventistas		266.976,05	213.620,71
DESPESAS	6d	(102.282.213,27)	(105.280.428,27)
De Pessoal/Encargos/Administrativas e Outras		(102.282.213,27)	(105.280.428,27)
Despesas com Pessoal (Próprio e Terceiros)		(49.427.228,25)	(48.528.668,68)
Encargos Sociais		(4.607.544,78)	(4.027.309,67)
Administrativas e Gerais		(47.765.882,43)	(52.522.152,55)
Encargos Tributários		(16.466,60)	(10.153,01)
Assistência, Orientação Social e Outras		(465.091,21)	(192.144,36)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		(4.813,12)	3.507.267,61
Outras Receitas		101.264,11	4.731.351,94
Outras Despesas		(106.077,23)	(1.224.084,33)
SUPERAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	6e,6l,12	6.181.312,87	4.168.178,47


Maurício Pinto Lima
Presidente
CPF: 074.175.718-40


Valnei da Rosa Porto
Tesoreroiro
CPF: 534.731.089-87


Contador CRC RJ 121641/O-2
CPF: 276.483.358-08

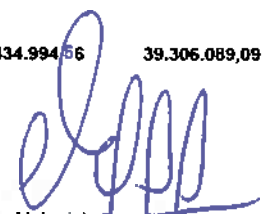
INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE
CNPJ 73.696.718/0001-38

INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE
 Entidade Filantrópica inscrita no CNAS e de Utilidade Pública MJ-15893/94-07 de 29/Abril/1996 - CNPJ 73.696.718/0001-38

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Patrimônio Social	Ajuste Avaliação Patrimonial	Ajuste Exercícios Anteriores	Déficit Exercício	TOTAL
Saldo em 01/01/2016	(2.559.904,29)	39.306.089,09	(6.523.811,19)	826.720,38	31.049.093,99
Incorporação Superávit Exercício 2015	826.720,38			(826.720,38)	-
Superávit do Exercício 2016	-			4.168.178,47	4.168.178,47
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-			-
Ajuste de Exercícios Anteriores			-		-
Saldo em 31/12/2016	(1.733.183,91)	39.306.089,09	(6.523.811,19)	4.168.178,47	35.217.272,46
Incorporação Superávit 2016	4.168.178,47			(4.168.178,47)	-
Superávit do Exercício 2017				6.181.312,87	6.181.312,87
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-			-
Ajuste de Exercícios Anteriores			-		-
Saldo em 31/12/2017	2.434.994,56	39.306.089,09	(6.523.811,19)	6.181.312,87	41.398.585,33


 Mauricio Pinto Lima
 Presidente
 CPF: 074.175.718-40


 Volnei da Rosa Pinto
 Tesoureiro
 CPF: 534.781.089-87


 Contador CRC RJ 121641/O-2
 CPF: 276.483.358-08

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

MÉTODO INDIRETO

	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit do Exercício	6.181.312,87	4.168.178,47
Depreciação e Amortização	306.060,42	3.592.522,47
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-
Variações nos Ativos e Passivos:		
Contas a Receber a Curto Prazo	10.019.730,55	(4.003.966,51)
Estoques	(1.391.744,07)	669.172,06
Contas a Receber a Longo Prazo	51.642,67	2.972.710,72
Despesas Antecipadas	249.479,71	24.320,38
Contas a Pagar	(15.649.548,15)	(3.105.853,49)
Passivo Não Circulante	(338.613,00)	(2.050.504,26)
Receitas Diferidas	(570.758,45)	2.008.028,55
Provisões	(183.261,16)	435.330,31
Fundos em Confiança	76.205,37	(207.015,48)
= Disponibilidades líquidas geradas nas atividades operacionais	(1.249.493,24)	4.502.923,22
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Compras de imobilizado	28.233.262,43	(1.973.478,19)
Outros Investimentos	(28.550.000,00)	-
= Disponibilidades líquidas geradas nas atividades de investimentos	(316.737,57)	(1.973.478,19)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Crédito para Integralização de Capital		
Pagamentos de lucros e dividendos		
Juros recebidos de empréstimos		
Juros pagos por empréstimos		
Empréstimos tomados		
Pagamentos de empréstimos/debêntures		
= Disponibilidades líquidas geradas nas atividades de financiamentos	-	-
Variação Líquida nas Disponibilidades	(1.566.230,81)	2.529.445,03
Aumento (redução) das disponibilidades	(1.566.230,81)	2.529.445,03
Disponibilidades no início do exercício	2.607.318,43	77.873,40
Disponibilidades no final do exercício	1.041.087,62	2.607.318,43



Maurício Pinto Lima
Presidente
CPF: 074.175.718-40



Volnei da Rosa Vorto
Tesorero
CPF: 534.731.089-87



Eber Junior Pereira
Contador CRC RJ 121641/O-2
CPF: 276.483.358-08

**INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA À
SAÚDE**

CNPJ 73.696.718/0001-38

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA A SAÚDE, pessoa jurídica de direito privado, Entidade de fins Filantrópicos e Assistenciais na área da Saúde, inscrita no CNPJ 73.696.718/0001-38, com sede à Estrada União Indústria 13810, Itaipava, Petrópolis, RJ declarada de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto nº. 2536 de 07 de abril de 1998, registrado no CNAS conforme processo nº. 28990.013072/93-76, com título declaratório de Utilidade Pública Estadual nº 297 no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) nº 042/99, Detentora de Imunidade Tributária de acordo com o Artigo 150 Inciso VI Alínea C e artigo 195 Parágrafo 7º Ambos da Constituição Federal do Brasil de 05 de outubro de 1988 ,combinados com os Artigos 9º e 14º do Código Tributário Nacional

Tem como principais finalidades estatutárias:

- a) Difundir e propagar princípios morais, cívicos, éticos, cristãos e de saúde adotados pela Igreja Adventista do Sétimo Dia,
- b) Prestar serviços e assistência médico-hospitalar,
- c) Promover ações e programas de assistência a idosos, a pessoas carentes e orientação familiar.

No cumprimento de seus objetivos, a INSTITUIÇÃO não fará discriminação alguma quanto à cor, credo, idade, sexo, religião, e outra de qualquer natureza.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- a) As Demonstrações Contábeis foram elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as determinações da Lei nº 6.404/76 e as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09.
- b) As Demonstrações Contábeis incorporam os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em vigor até a data de conclusão da elaboração das demonstrações contábeis.
- c) Atendendo as alterações promovidas na legislação societária brasileira pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09, a Instituição elaborou no presente exercício a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC),
- d) As práticas contábeis modificadas em função das alterações na legislação societária afetaram o patrimônio líquido da entidade em R\$ 39.306.089,09, referente ao ajuste de avaliação patrimonial.



- e) Os Ajustes de Exercícios Anteriores, no valor de R\$ 6.523.811,19 refere-se ao estorno de contabilização de um terreno que constava nos registros contábeis da entidade, porém não era de titularidade da mesma.

NOTA 3 - FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO 1.330/11 (NBC ITG 2000)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna, ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Entidade, e posteriormente por SPED CONTABIL. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

NOTA 4 - AJUSTE A VALOR PRESENTE

De acordo com o CPC 12 – Ajuste a valor presente, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/08, a Entidade analisou suas contas de ativo e passivo de curto e longo prazo, com relação a valores realizáveis e exigíveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas e verificou que qualquer ajuste a valor presente, com exceção dos empréstimos contratados, seria irrelevante. Para estes, tal procedimento foi aplicado.

NOTA 5 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A ENTIDADE é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, combinados com os Artigos 9º e 14º do Código Tributário Nacional

NOTA 6 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) Aplicações de Liquidez Imediata:

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pro-rata até a data do encerramento do exercício.

b) Edificações e Benfeitorias em Formação:

Os valores investidos em construções e reformas durante o exercício foram constituídos pelo custo do projeto, mão-de-obra e aquisições de materiais.

c) Provisão de Férias e Encargos:

Foram constituídas mensalmente com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais de acordo com o direito adquirido pelos empregados até a data do encerramento do exercício.

d) Receitas e Despesas:

As Receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao Princípio de competência. As receitas decorrentes dos serviços prestados por assistência médico-hospitalar aos conveniados, proveniente de internações e serviços ambulatoriais, foram registradas quando auditadas e faturadas, por ocasião da alta do paciente e protocoladas no convênio credenciado. Este fato nem sempre ocorre no mesmo período em que foram incorridos os custos, mas as distorções que esses fatos acarretam compensam-se ao longo dos períodos não ocasionando alterações relevantes ao resultado.



e) Apuração do Resultado:

O resultado foi apurado obedecendo ao Princípio de competência. A receita da prestação dos serviços considerou o valor justo acordado em contrato entre a Instituição, os Convênios e clientes recebidos ou a receber. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações foram reconhecidos no resultado.

f) Contas a Receber:

As contas a receber são registradas pelo valor faturado.

g) Estoques:

Os estoques no valor total de R\$ 5.283.036,62 são demonstrados através do custo médio das aquisições, acrescido de gastos relativos a transportes e impostos não recuperáveis.

h) Imobilizado:

Os bens do ativo imobilizado, totalizando R\$ 28.940.995,49 foram registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear e com o tempo de vida útil estabelecido pela comissão administrativa de cada estabelecimento. Outros gastos são incorporados aos bens em decorrência do aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado, bem como seu tempo de vida útil. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

Bens	Taxas	Custo	Depreciação	Residual
Terrenos		1.510.825,91	0,00	1.510.825,91
Prédios	4%	40.581.723,85	26.558.153,50	14.023.570,35
Móveis, Utensílios, Maq e Equipamentos, Comput. e Periféricos	10%	32.349.277,62	25.622.949,17	6.726.328,45
Veículos	20%	263.331,30	61.684,63	201.646,67
Bens em Formação		6.478.624,11	0,00	6.478.624,11
TOTAIS		81.183.782,79	52.242.787,30	28.940.995,49

Nota: Baixa de imobilizado: Em 31/10/2017 houve a baixa por alienação do imóvel situado a Rua 19 de fevereiro nº 140 , o bem estava registrado pelo valor de aquisição e depreciado pelo método linear.

i) Impairment:

Avaliação de perdas de recuperabilidade (*impairment*) do ativo imobilizado. A Administração da Instituição avalia se o ativo imobilizado, com base em expectativa de benefícios futuros e valor de mercado, não está registrado com um valor superior a esses dois.

j) Direitos e Obrigações:

Os direitos e obrigações são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Os direitos e as obrigações sujeitos a variação monetária ou variação cambial estão demonstrados pelos seus valores atualizados na data do balanço, atendendo ao critério "pro rata die", refletindo o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

l) Da Distribuição do Resultado:

A Instituição não distribuiu resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto. Seus dirigentes, conselheiros, sócios e demais beneméritos, não perceberam vantagens ou benefícios de qualquer forma ou título,

em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, no exercício de 2017.

m) Investimentos / Participação Societária: Em 31/10/2017 a entidade investiu (por incorporação) o Valor de R\$ 28.550.000,00 referente ao imóvel sito à Rua Dezenove de Fevereiro nº 140, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, para as atividades da OPERADORA UNIESTE DE PLANOS DE SAÚDE LTDA.

NOTA 7 - PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - PCLD

Esta provisão foi constituída seguindo os critérios estabelecidos e considerando uma posição conservadora fundamentada no princípio da prudência (Resolução CFC 1.282/2010 Art. 10, Parágrafo único). *"O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais."*

NOTA 8 - ATIVO NÃO-CIRCULANTE (REALIZÁVEL A LONGO PRAZO)

Este grupo totaliza o valor de R\$ 680.819,18 e é composto por aplicações financeiras, convênios sob judice, cheques protestados, bloqueios judiciais, fiscais, trabalhistas.

Convênios sob Judice	620.583,78
Cheques protestados	47.891,02
Bloqueios Judiciais, Fiscais e Trabalhistas	12.344,38

NOTA 9 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Atendendo ao disposto na Resolução do CFC 1.180/09 (NBC TG 25), a Provisão para Contingências, foi constituída com base na expectativa do desfecho desfavorável dos processos judiciais, envolvendo a entidade em montantes julgados suficientes para cobrir eventuais perdas até o final do exercício.

NOTA 10 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O valor de R\$ 32.609.192,12 é composto de Empréstimos de Entidades Congêneres Empréstimos e Financiamentos e outras conforme demonstrativo abaixo. São demonstrados pelos valores conhecidos, contratados ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Entidades Congêneres	31.978.546,46
Emprést. e Financiamentos a pagar	183.868,13
Outras Obrigações	446.777,53
TOTAL	32.609.192,12

NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido no valor de R\$ 41.398.585,33 é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do superávit do exercício no valor de R\$ 6.181.312,87.

8



NOTA 12 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O superávit do exercício de 2017 no valor de R\$ 6.181.312,87. Foi incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais e estatutárias, conforme deliberação da Assembleia.

NOTA 13 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC N°. 1.296/10 que aprovou a NBC T 3.8 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC T 19.18.

O Método utilizado na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o Indireto.

NOTA 14 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A Instituição no atendimento aos seus objetivos estatutários demonstra no seu registro de Serviços Gratuitos o valor de R\$ 21.906.359,92 decorrentes de custos com atendimento médico-hospitalar e ambulatorial às comunidades carentes adjacentes. A Entidade declara que em conformidade ao Decreto 8242/14 e Lei 12. 868 art. 8º ofertou a prestação de todos os seus serviços hospitalares ao SUS no percentual mínimo de vinte por cento.

Procedimentos	Nº Atendimentos	Valores
Atendimentos Ambulatoriais	8.968	1.596.393,70
Internações	813	14.050.072,99
Atendimentos de Emergência	302	1.589.617,71
Atendimentos Externos	21.933	4.670.275,52
Total Atendimentos Gratuitos	32.016	21.906.359,92

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES DA SAÚDE PARA FINS DE CEBAS

Conforme determinação do artigo 40 da Lei No. 12.101/09 Portaria MS No. 3.355/10 e Portaria MS No. 1970/11, a Entidade já procedeu ao recadastramento no Ministério da Saúde, pelo site no departamento de certificação D-CEBAS. A Entidade em atendimento a Portaria MS No. 1.034/10 formalizou seu convênio e/ou contratualização no dia 09 de agosto de 2016, vigente por 5 anos, com o Gestor Local do SUS. A Instituição de saúde mantém atualizados seus dados no Cadastro Nacional de Entidades de Saúde (CNES).

Os serviços de saúde desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Saúde (Política Nacional de Saúde, Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Atenção Básica à Saúde e outras) que ela está inserida e como consequência, por elas, regulamentadas.

NOTA 16 - DA COMPLEMENTAÇÃO (NÃO CUMPRIMENTO DOS 60%) DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PELO SUS**ANO DE 2017**

Conforme determinação do artigo 8º. da Lei No. 12.101/09 artigo 18 do Decreto No. 8242/14 e artigo 9º inciso II da Portaria do MS No. 1.970/11 a Entidade prestou serviços ao SUS em percentual menor que 60%, sendo celebrado convênio nº 27/2016 com o Município do Rio de Janeiro (Gestor local do SUS) para execução de serviços de saúde em gratuidade (Projetos de Saúde e Atendimentos Gratuitos) no percentual de 20% da sua receita efetivamente recebida na Prestação de serviços de saúde.



COMPOSIÇÃO DA RECEITA EFETIVAMENTE RECEBIDA DE SAÚDE 2016 VINCULADA A GRATUIDADE	Valores (R\$)
Receita Efetivamente Recebida de Convênios em 2017	121.565.857,40
Receita Efetivamente Recebida de Particulares em 2017	4.021.731,75
Total das Receitas Efetivamente Recebidas em 2017	125.587.589,15
(-) Descontos e Abatimentos Sobre Receita	17.829.089,99
TOTAL	107.758.499,16
Compromisso Gratuidade – (20% s/ a Receita Efetivamente Recebida em 2017)	21.551.699,83

ANO DE 2016

Conforme determinação do artigo 8º. da Lei No. 12.101/09 artigo 18 do Decreto No. 7.237/10 e artigo 9º inciso II da Portaria do MS No. 1.970/11 a Entidade prestou serviços ao SUS em percentual menor que 60%, sendo o percentual pactuado de 30%, e aplicou percentual de sua receita efetivamente recebida da prestação de serviços de saúde em gratuidade (Projetos de Saúde e Atendimentos Gratuitos), reconhecidos pelo Gestor Local do SUS, sendo o percentual pactuado de 10%.

Como o SUS não teve demanda de 30% conforme pactuado, foi realizado 20% de gratuidade conforme a lei 12.101/09.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA EFETIVAMENTE RECEBIDA DE SAÚDE 2016 VINCULADA A GRATUIDADE	Valores (R\$)
Receita Efetivamente Recebida de Convênios em 2016	110.856.871,91
Receita Efetivamente Recebida de Particulares em 2016	3.304.561,50
Total das Receitas Efetivamente Recebidas em 2016	114.161.433,41
(-) Descontos e Abatimentos Sobre Receita	-17.619.796,66
TOTAL	96.541.636,75
Compromisso Gratuidade – (20% s/ a Receita Efetivamente Recebida em 2016)	19.308.327,35

COMPARAÇÃO DO COMPROMISSO S/RECEITA COM A GRATUIDADE CONCEDIDA

Abaixo demonstraremos o compromisso exigido sobre a receita efetivamente recebida de saúde e o valor da gratuidade concedida:

Descrição – 2017	Valores (R\$)
Compromisso de Gratuidade – (20% s/ a Receita Efetivamente Recebida)	21.551.699,83
Atendimentos Gratuitos	21.906.359,92
Total de Gratuidade de Saúde Concedida	21.906.359,92
Diferença Gratuidade Concedida e Compromisso s/Receita	354.660,09

Descrição – 2016	Valores (R\$)
Compromisso de Gratuidade – (20% s/ a Receita Efetivamente Recebida)	19.308.327,35
Atendimentos Gratuitos	19.662.274,42
Total de Gratuidade de Saúde Concedida	19.662.274,42
Diferença Gratuidade Concedida e Compromisso s/Receita	353.947,07

Mauricio  

NOTA 17 - ISENÇÕES DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

a) INSS

Em atendimento ao Parágrafo Único, Artigo 4º do Decreto nº 2.536/98, de 06 de abril de 1998, com as alterações introduzidas através do Decreto nº 4.327, de 08 de agosto de 2002, o valor relativo à isenção previdenciária, como se devida fosse, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 foi de R\$ 12.310.215,86. Atendendo ao disposto em seus estatutos, a Entidade aplicou todo o montante em programas para a manutenção de serviços gratuitos.

ISENÇÕES USUFRUÍDAS	
Contribuição Patronal	9.104.350,27
SAT	804.545,31
Terceiros	1.814.557,16
Total Isenções Usufruídas	11.723.452,74

b) Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS

A Entidade usufruiu-se de isenções do PIS no montante de R\$ 586.763,12 no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

NOTA 18 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)

Entidade detentora de Imunidade Tributária de acordo com o Artigo 150 Inciso VI Alínea C e artigo 195 Paragrafo 7º Ambos da Constituição Federal do Brasil de 05 de outubro de 1988 , combinados com os Artigos 9º e 14º do Código Tributário Nacional, Ingressou no Ministério da Saúde em 01/12/2016 , tempestivamente com processo de Renovação do CEBAS para o período de 16/03/2017 a 15/03/2020.

Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é pago.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

- 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais;
- RAT/SAT(1%, 2% ou 3%)
- TERCEIROS (4,5% - Educação e Social e 5,8% - Saúde)
- 15% sobre serviços prestados por cooperativas
- COFINS – 3%
- CSLL - Contribuição Social de 10% sobre o Lucro Líquido

Quanto a Contribuição Social sobre Lucro Líquido, entendemos que é inaplicável às entidades sem fins lucrativos, pois, não possuem "lucro" conforme conceituação da legislação tributária, sendo impossível aplicar sua regra de incidência. Outrossim, vale afirmar que essas entidades possuem, eventualmente, SUPERÁVIT, o que não se confunde com LUCRO. Desta feita, entendemos que qualquer entidade Sem Fins Lucrativos não estaria sujeita à incidência desta Contribuição Social sobre Lucro.

FORMA DE CONTABILIZAÇÃO E OS VALORES CONTABILIZADOS

Levando em consideração as Normas Brasileiras de Contabilidade, Resolução do CFC No. 1.185/09 alterada pela Resolução 1.376/11 (NBC TG 26), vigentes em consonância com as Normas Internacionais (NIC 1), onde não podemos compensar ativos com passivos e nem receitas com despesas, salvo alguma Norma Específica, Levando em consideração a ITG 2002 (R1) de 21 de Agosto de 2015 Item 26 "Sem prejuízo das informações econômicas divulgadas nas demonstrações contábeis, a entidade pode controlar em conta de compensação transações referentes a isenções, gratuidades e outras informações para a melhor evidenciação contábil. "demonstraremos a forma de contabilização e seus respectivos valores das isenções usufruídas pela Entidade no ano de 2017:



CONTAS DE CONTROLE ISENÇÕES

- Imunidade Contribuição Social - INSS Cota Patronal
- (-) Imunidade Contribuição Social - INSS Cota Patronal
- Imunidade Contribuição Social - Autônomos
- (-) Imunidade Contribuição Social - Autônomos
- Imunidade Contribuição Social - Cooperativas
- (-) Imunidade Contribuição Social - Cooperativas
- Imunidade Contribuição Social - Terceiros
- (-) Imunidade Contribuição Social - Terceiros
- Imunidade Contribuição Social - RAT
- (-) Imunidade Contribuição Social - RAT
- Imunidade Contribuição Social - PIS
- (-) Imunidade Contribuição Social - PIS



Maurício Pinto Lima
Presidente
CPF: 074.175.718-40



Volnei de Rosa Porto
Tesorero
CPF: 534.731.089-87



Elton Junior Ferreira
Contador
CRC RJ 121641/O-2

ANEND

AUDITORES INDEPENDENTES S/C

Aos Administradores da
**INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA
A SAÚDE**
CNPJ: 73.696.718/0001-38
Petrópolis - RJ

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA A SAÚDE**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o Exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA A SAÚDE** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus Fluxos de Caixa para o Exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA A SAÚDE** é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos Controles Internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os

ANEND

AUDITORES INDEPENDENTES S/C

Controles Internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos Controles Internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos Controles Internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos Controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Petrópolis/RJ, 13 de abril de 2018.

ANEND AUDITORES INDEPENDENTES SS
CRC/RJ - 003550



HILDO JARDIM ALEGRIA
Diretor Técnico
Contador CRC/RJ-041841/O-8



HILDO JARDIM ALEGRIA FILHO
Contador
CRC/RS 079484/O-8/S-RJ